

- 1 -

*Os valores deste milénio
- ~~2000~~ - base do Manifesto 2000*

DE UM MILÉNIO A OUTRO

INTRODUÇÃO

1. Vou tomar como nota de fundo desta tarde uma frase de René Char: "Como viver sem o desconhecido diante de nós?"

A passagem de um milénio a outro só é viável, psicologicamente suportável se deixarmos abertas as portas desse desconhecido.

Talvez mais do que a passagem de uma qualquer outra época histórica a outra, a palavra-chave que exprime esse desconhecido é a espantosa transição que se manifesta a todos os níveis da nossa vida colectiva.

Fundação Cuidar o Futuro

transição demográfica - em 2050 o mundo conhecerá o maior número de habitantes que alguma vez povoou a terra: dos 6.000 milhões de hoje a cerca de 9.500 milhões; (triplicou durante este século); composição e estrutura em constante mudança; intensos movimentos migratórios;

transição da sociedade industrial para a sociedade de serviços - apenas 20% do tecido industrial manterá as características que conhecemos até à década de 90; os instrumentos electrónicos são os substitutos das máquinas do século que termina;

transição de uma natureza dominada pelo homem para uma natureza que determina a possibilidade de



sobrevivência dos seres humanos neste planeta;

transição do Estado-nação para a governação mundial e para a soberania de cada indivíduo directamente ligada ao seu exercício da soberania.

A condição de transição é de um futuro aberto. Até há pouco tempo podíamos dizer que se tratava de um adentramento pelo futuro do que fora passado.

Hoje a transição em todos os aspectos que indiquei a título de exemplo já não é um adentramento. É um ponto de inflexão mais ou menos longo em que se chocam as heranças do passado com as condições emergentes de um futuro ainda não definido.

Apenas podemos intuir o que será esse futuro quando formos sobrepondo as diversas mudanças de paradigma que vamos encontrando no nosso caminho. ~~Ontem~~, num artigo publicado no Público, Vaclav Havel dizia:

Fundação Cuidar o Futuro

A

.....

E terminava dizendo:

"A primeira preocupação, no nosso pensamento, deve ser o futuro."

No momento em que estamos no limiar do novo milénio e na encruzilhada de todos os processos de transição, temos que encarar simultaneamente as mudanças de paradigma que nos permitirão abarcar os maiores problemas que esse futuro, já presente no meio de nós pelos sinais iniludíveis que o



anunciam, nos põe à racionalidade, à imaginação e ao mais apurado sentido do real. Só então podemos equacionar em novos termos, os valores q a carta 2000 enuncia.

Igueldo de as ciências
interdisciplinares de
"ruptura epistemológica primordial"



Fundação Cuidar o Futuro

Respeitar a vida

I - DA QUANTIDADE À QUALIDADE

Até aos tempos muito recentes - 1973 - a característica dominante da época moderna foi a noção de progresso ilimitado:

- nas conquistas da ciência e da tecnologia
- na quantidade de bens disponíveis (economia)
- na aquisição do saber tornado bem de consumo
- na proliferação urbana
- no poder....



É ainda possível olhar para o mapa do mundo segundo essa óptica do primado da quantidade, da ascensão linear para uma situação do "cada vez mais".

Fundação Cuidar o Futuro

Mas o paradigma da quantidade chegou ao fim.

“É, sem dúvida, fundamental uma quantidade mínima antes que a qualidade de vida possa ter significado. Mas, para além de um certo limite, a quantidade procurada em excesso pode tornar-se insustentável e conduzir à deterioração da qualidade de vida.”

Ora é esse limite que foi atingido ao nível do planeta. Por isso, já no início da década de 90 essa excepcional mulher política que é Gro Harlem Bruntland, afirmou:

“Chegou o momento de abandonarmos o paradigma da quantidade pelo paradigma da qualidade.”

Mas esse novo paradigma da qualidade não vai diluir a responsabilidade. Pelo contrário, o novo paradigma exige:

- Qualidade enquanto categoria económica (Amartya Sen),
- qualidade enquanto distinção entre a mediocridade generalizada e os raros indivíduos que são um foco de irradiação,
- qualidade cada vez mais exigente do que se faz (e não: "o computador avariou..."),
- qualidade que nasce do inter-relacional como capacidade de estabelecer sinergias e conspirações do espírito,
- qualidade como afirmação da dignidade do humano acima de todos os outros objectivos (*Primo Levi: in "Si questo è un uomo": "o que provavelmente contou foi a vontade que conservei tenazmente, mesmo nas horas mais sombrias, de ver sempre, nos meus camaradas e em mim próprio, seres humanos e não coisas e de evitar assim aquela humilhação e demoralização totais que para muitos os conduziu ao naufrágio espiritual."*)



Contar a história

Fundação Cuidar o Futuro

Quero isolar nesta mudança de paradigma o desafio, ou mesmo aparente paradoxo, da sua coexistência com um mundo super-povoado. Explico.

O mundo de hoje terá um acréscimo populacional de um mundo igual ao que conhecemos há 30 anos.

Donde:

- confrontos pela posse da terra e dos seus bens
- migrações maciças

- contradições regionais: 1% desse crescimento estará na Europa e o restante no hem. S.

Está hoje provado que só é possível estabilizar a população mundial através do cruzamento inovador da educação com a saúde.

A transformação na saúde não está na quantidade: não está, em primeiro lugar, na construção sempre de mais e mais hospitais... Está suficientemente codificada nos instrumentos internacionais:



- prioridade dos cuidados primários sobre os cuidados hospitalares
- integração dos meios auxiliares de diagnóstico
- comités de avaliação das novas tecnologias
- responsabilidade das ordens profissionais
- prioridade da responsabilidade própria na manutenção da saúde.....

A premissa dos cuidados primários de saúde é a de que todos têm direito a todos os serviços preventivos e curativos básicos, que devem ser acessíveis do ponto de vista financeiro e geográfico.

As várias determinantes da saúde implicam que a política de saúde deve ser coordenada através de um plano amplo e holístico. Enquanto uma política de saúde concentrada na intervenção curativa está fadada ao insucesso, uma política que inclua medidas de saúde pública tem mais probabilidade de ser bem sucedida. Além disso, uma política capaz de lidar com uma variedade de factores sociais tem maiores

possibilidades de êxito.

A saúde não pode ser gerida como se fosse um "sector". Ela é constituída por numerosos sub-sistemas que são interdependentes.

Tem de ser olhada como um sistema de investigação operacional, em cruzamento de redes, de modo a que seja claro e eficaz o funcionamento dos sistemas e dos sub-sistemas que a constituem. (Nesse contexto, o debate tradicional sobre o carácter público ou privado dos sub-sistemas é secundário.)



Idêntico raciocínio se pode fazer quanto á educação, o domínio das políticas públicas com maior número de agentes e com menor inovação ao longo do século passado.

Fundação Cuidar o Futuro

É o domínio típico em que "mais do mesmo não serve para nada".

O quê, então?

Num mundo globalizado onde reina a tecnologia, o conhecimento é um factor poderoso da produção.

Um objectivo que se quer atingir com o uso das novas tecnologias é cada vez mais óbvio, à medida que as economias evoluem: trata-se de alternar, na vida, períodos de trabalho e de descanso.

Se a educação é, com efeito, um direito para toda a vida e se as pessoas mudam de emprego e necessitam de se reciclarem

mais frequentemente do que no passado, os períodos de trabalho serão inseridos entre sequências de educação complementar e formação.

Dois outros factores justificam a introdução das novas tecnologias na educação:

- em primeiro lugar, a velocidade acelerada da explosão dos conhecimentos, que exige cada vez mais capacidades de aprendizagem;
- em segundo lugar, a expansão das sociedades multiculturais, que põe aos sistemas educativos problemas nascidos das exigências contraditórias das diversas culturas em presença.



Os sistemas educativos precisam de mais flexibilidade, para permitir que as pessoas desempregadas possam contar com certos benefícios, tais como a reconversão dos seus conhecimentos.

Se a educação tem como objecto o desenvolvimento de uma sociedade que assenta no cuidado pelos outros, é preciso deixar de a pensar como um bem de consumo, que favorece o progresso individual na vida, e não tem afinal senão um valor económico.

B

É hoje claro q o séc. XX foi o século
da ~~conjunta~~ > revolução científica,
& tecnológica, filosófica. Não só não
ficou como antes fora pensado
mas tudo mudou de postulados e de
referenciais.

Georges Steiner, o ~~infatigável pensador~~,
~~que considera~~ diz, na sua "narrativa dum pensamento"
("Errata") nesta séc. q tem ido

que "as transformações das condições
individuais e sociais ~~das~~ m.^{to} > do q o
foram ao longo de toda a história anterior,
dizendo ~~este~~ ~~seu~~ ~~provocante~~ :

~~"Em aspectos decisivos q tocam a saúde,
a informação e a comunicação,
os hs e as ms do séc. XVII estavam m. ~~to~~ +
próximos de ~~at~~ nas do q nos estamos"~~

~~Se assim é,~~ A n/distância aos hs do
séc. XIX é m.^{to} > do q foi a distância destes
(penso na Física) em relac a ~~at~~nas.

O q ~~se~~ ~~está~~ entre os clássicos? ~~Teremos~~
nós q jogam, ao mm tempo c/ o classicismo
de uma história de progresso linear ou
Quá q os saltos quânticos do séc. XX (mesmo



liberal mente) ~~os~~ nos remetemo para outra
etapa de um pensamento clássico
q̄ foi th. de Jp fundador?

Por q̄ n̄ ler a história a partir destes
novos clássicos e, em todos os ramos
do conhecimento, fazer o percurso inverso
do q̄ é ainda tradicional?

(Como a nova técnica dos rom. policiais:
partir de "quem matou" p̄ reconstituir a
história)

↓ Colombo



Fundação Cuidar o Futuro

Consumo responsável

II - DO DOMÍNIO SOBRE A NATUREZA AO RESPEITO PELA NATUREZA

Deu-se na segunda metade deste século uma tremenda mudança na relação dos homens com a natureza.

Os movimentos ecologistas foram tornando patentes as agressões feitas à natureza.

Mais: assistimos à revolta da natureza como se ela de repente se tornasse um actor social e tivéssemos regressado aos tempos antigos em que a natureza e as forças nela contidas se personalizavam.

A questão que hoje se põe e que é, também ela, uma questão vital, é a de saber qual a capacidade de carga do planeta.



Fundação Cuidar o Futuro

Não se trata de saber quantas pessoas a terra pode suportar mas sim:

- quais os recursos disponíveis sobretudo nas zonas de maior e mais decisiva bio-diversidade (florestas tropicais e oceanos)
- até onde pode ir o aquecimento do clima com a consequente subida das águas do mar (ilhas e zonas costeiras; diques na Holanda)
- qual o espaço livre para os cemitérios de detritos municipais e industriais

Até que ponto pode o ser humano prescindir da beleza das paisagens? (van Gogh em Paris)

Inadequação do princípio do "poluidor paga"

Os fenómenos físicos são irreversíveis
a ciência já não tem possibilidade de se corrigir a si própria (Prigogine)

Hoje, o mundo como um todo, enfrenta a tarefa gigantesca de estabelecer um equilíbrio novo e sustentável com a Natureza.

Para que esse equilíbrio seja conseguido, o ambiente não pode continuar a ser tratado como um armazém de recursos e como um poço de detritos, mas antes como um lugar de vida e um habitat. Queremo-lo limpo, saudável e atraente e deixá-lo desse modo aos que vierem depois.



A política e a prática de conservação e eficiência são os novos imperativos para a sobrevivência da capacidade da Natureza para ajudar e suportar a vida humana.

Durante este período de transição ecológica, os esquemas de produção e os padrões de consumo requerem transformações que possam reparar as perdas sofridas pela Natureza. Requerem uma mudança drástica nos nossos valores e atitudes de que as melhores expressões se encontram em termos tais como sensibilidade, respeito, reverência, harmonia e cuidado, paralelamente a expressões mais técnicas, mas não menos importantes, tais como protecção, conservação e reabilitação.

Aventurarmo-nos na definição de um novo paradigma capaz de reger o equilíbrio entre a Natureza e os seres humanos é o desafio ecológico que se nos põe hoje e que implica um novo

passo no conhecimento humano.

Estamos no meio de um período que se pode qualificar de "transição ecológica" ao passarmos da noção de uma Natureza sempre renovável (e de uma confiança ingénua na sua permanência) para a revolta da própria natureza contra a sobre-exploração dos seus recursos, da sua pureza e da sua beleza.

Uma economia mundial que cresce graças à exploração implacável dos recursos naturais, que depende perigosamente dos combustíveis fósseis, que provoca desperdícios sem limites, e esquece os preceitos de igualdade e equidade entre sociedades diferentes, não é sustentável nem tolerável. Caminha para o desastre.

Uma tal situação requer a reorientação e a reestruturação fundamental da Economia - uma transição que deverá ser marcada pela subordinação das regras do mercado às exigências do ambiente e aos objectivos da sociedade. Cada ser humano do presente e do futuro, homem ou mulher, onde quer que viva, deve ter oportunidades iguais e inalienáveis de usufruir dos recursos naturais da Terra. (Saarsfield Cabral)

Questão-chave: a substituição dos combustíveis fósseis pelas energias renováveis:

- fusão nuclear (Viena)
- energia solar (Alemanha)
- energia eólica off-shore (França)



ei nas violências actua

III - DA DESREGULAÇÃO À GLOBALIZAÇÃO REGULADA

No início da década de 80 começou uma intensa desregulação do mercado.

Deu-se ao mercado uma "personalidade" própria: "o mercado é que vai dizer", "veremos como o mercado vai reagir"

A derrocada do comunismo veio acentuar ainda mais essa tendência com a convicção generalizada que o "mercado" tinha ganho a guerra contra a economia de planificação central.

Simultaneamente, a revolução electrónica , em particular dos meios de comunicação, ao dar uma dimensão de acontecimento instantâneo a todos os fenómenos abriu o caminho ao fenómeno, já do séc. XXI, e que é irreversível: a globalização.

Fundação Cuidar o Futuro



Os operadores económicos e financeiros ao apropriarem-se dessa revolução transformaram o mundo numa imensa feira a que só chegam os que vivem tecnologicamente perto.

Num artigo de há poucos dias, um professor de filosofia, Robert Redeker, do corpo editorial da revista "Les temps modernes" escrevia:

"Todas as perspectivas se fecharam, levadas até à reiteração indefinida do capitalismo".

"A morte do comunismo acompanha-se de um encolher da alma humana; já não há horizonte para as sociedades".

Há alguns anos Rahjni Kotari fazia a mesma observação a propósito do desaparecimento de "alternativas" ao ter desabado a tensão entre comunismo e capitalismo e o mundo ter ficado apenas sujeito ao capitalismo.

Diga-se de passagem que a tão proclamada terceira via não parece ser outra coisa senão essa reiteração indefinida do capitalismo. Florença -Jospin

E ali Jospin!

A revolução tecnológica está na base da aceleração do processo de globalização; introduziu alterações fundamentais no sistema internacional.

As forças do mercado internacional alteraram os modelos das economias e das culturas nacionais. O capital, a informação e as imagens correm à volta do mundo à velocidade da luz. O comércio, as finanças, a ciência e a tecnologia, os mass media, os padrões de consumo, os problemas da ordem social e ambiental, tudo se globaliza rapidamente.



A globalização representa, portanto, um desafio político.

A globalização está a introduzir novos agentes no controle do saber, cujo poder substitui os modos tradicionais de difusão internacional do conhecimento.

Os sistemas de conhecimento, com tudo o que implicam na qualidade de vida, tornaram-se agora uma mercadoria. O regime de propriedade intelectual está firmemente controlado por actores sociais dos países industrializados, oferecendo poucas oportunidades aos países em desenvolvimento.

Se não houver crítica e revisão profunda destes novos mecanismos, a globalização contínua deixará o mundo em desenvolvimento numa situação de desvantagem cada vez maior.

O controlo exclusivo de alguns que se verifica hoje irá transformar-se em maior domínio amanhã.

A situação é agravada pela perspectiva de mesmo na hipótese da taxa de crescimento mais baixa, pelo ano 2025, se registar o maior aumento de população humana da história, o que significa também a maior procura de consumo por parte das pessoas.

A economia mundial deve ser guiada, daqui em diante, por uma produção que ponha mais ênfase na qualidade do que na quantidade: os seus padrões de consumo devem ser adaptados de modo a satisfazer as necessidades da sustentabilidade global. Esta transição será ainda mais profunda do que as revoluções agrícola e industrial do passado.

A economia baseada na quantidade deve abrir caminho à economia assente na qualidade. Por isso, é urgente e mesmo imperativo mudar os esquemas de produção e os modelos de consumo - uma mudança que supõe uma verdadeira revolução económica.

O desafio é enorme: desenvolver um quadro macro-económico para as consequências a longo prazo da actividade económica.



Florença:

João: " Não há modelo alternativo.
É preciso ter confiança p: poder
convencer."



Fundação Cuidar o Futuro

Florence.

Schröder: "É preciso uma maior
transparência,
mais controle dos circuitos financeiros
internacionais, mesmo privados."

É MARILIO D'ALMEIDA ~~em~~ ^{foi} ao ponto de dizer:

"Regular a globalização
através de instrumentos supranacionais
será a nova fronteira da política."

Fundação Cuidar o Futuro

Jospin: "É preciso ~~encontrar~~ levar a
lógica da globalização até ao
limite. É assim encontrar
respostas globais para tudo."



(reunião de Florença)



(a próxima Conferência Mundial da OMC)



Fundação Cuidar o Futuro

faltar o tempo e os recursos materiais

IV - DA LUTA DE CLASSES À PRIORIDADE ABSOLUTA DA ERRADICAÇÃO DA POBREZA

A pobreza tem muitas faces: falta de controle sobre a própria vida e o próprio futuro, a humilhação de não ter nenhum poder, e os efeitos corrosivos do desespero, do cinismo e da falta de fé no futuro. A pobreza pode significar não apenas um breve episódio de privação mas uma privação repetida ou continuada. A maior parte das vezes são as mesmas pessoas que sofrem de várias (ou de todas) privações.

Os aspectos da pobreza sobrepõem-se na vida diária. Usualmente atacam as mesmas pessoas, as mesmas famílias, as mesmas cidades de barracas, as mesmas áreas marginais ou rurais.

As privações múltiplas combinam-se muitas vezes com a discriminação racial, sexual, de "classe" ou por qualquer deficiência.

No conjunto, estes preconceitos constituem a exclusão social, ou a desvantagem multidimensional e cumulativa de pessoas e grupos em relação à sociedade a que legitimamente pertencem.

A exclusão não é um estado; é um processo pelo qual os humanos são deserdados, desaposados dos direitos básicos que ajudam a constituir a dignidade.

As dimensões da privação são tremendas e assustadoras. Elas sacodem a nossa complacência até à afronta da nossa própria dignidade ou até à paralisia causada pelo sentimento de



absurdo e impotência.

Causa perplexidade que o desrespeito dos direitos sociais e económicos não provoque a mesma indignação e militância que a violação dos direitos cívicos e políticos. Ou a comunidade internacional prova que é capaz de lançar uma acção efectiva para erradicar a pobreza, ou o seu reiterado interesse pela solidariedade provará ser mera retórica.

Com excessiva frequência, as discussões sobre a erradicação da pobreza ou a satisfação de direitos, terminam com a afirmação de que tudo se pode resolver apenas com uma transferência "maciça" de recursos do Norte para o Sul. Esquece-se nessa afirmação que o primeiro nível de mobilização de recursos é o plano nacional.

(X-Y)

Desde que haja vontade política, os países deveriam ser capazes de satisfazer a maior parte dos direitos económicos e sociais. Esse objectivo pode conseguir-se, em grande parte, graças a políticas bem concebidas de utilização e gestão dos recursos nacionais disponíveis em capitais e em pessoal.

(((Os altos níveis de dívida externa constituem um obstáculo sério à disponibilização de recursos nacionais suficientes para melhorar a qualidade de vida nos países pobres.

Um alívio substancial e mesmo a anulação da dívida, tanto pública como comercial, deve ser uma alta prioridade, sobretudo para os países menos desenvolvidos, na medida em que libertaria recursos substanciais para a afectação aos sectores determinantes da qualidade de vida.))))



O mundo necessita urgentemente de novos mecanismos para financiar as grandes prioridades mundiais (cuidados de saúde primários, água, educação básica, planeamento familiar e outros).

Já não podemos confiar unicamente na generosidade das nações. A globalização de problemas económicos, ambientais e outros requer, por um lado, instituições globais proporcionais às tarefas e, por outro lado, mecanismos de financiamento à escala das dimensões globais dos problemas.

Chegou o momento de utilizar os mercados, porque eles têm sido os principais beneficiários da globalização de todas as actividades, dependem de uma rede global de interdependência e constituem uma vasta rede, entrelaçada, mantida e continuamente actualizada pela cooperação multilateral.

Fundação Cuidar o Futuro

Taxa Tobin:

Aumentando a riqueza mundial de 700.000 milhões de dólares em cada ano, temos os fundos suficientes para terminar com a pobreza absoluta no início do século XXI e para preservar a biodiversidade do nosso planeta. O conhecimento dos problemas existe e podem ser obtidos os recursos. O que é preciso acrescentar é a vontade e a acção. Se tivermos verdadeiramente cuidado uns pelos outros, se nos empenharmos com energia, tudo se tornará possível.



Abundância de experiências e diversidade de culturas

o contrato social

V - DOS ESQUEMAS DE SUBORDINAÇÃO SOCIAL A UM NOVO CONTRACTO SOCIAL

Necessitamos urgentemente de uma nova síntese, de um novo equilíbrio entre, por um lado, o crescimento económico, e, por outro, a harmonia social e a melhoria sustentável da qualidade de vida.

Necessitamos de um novo equilíbrio, capaz de harmonizar os diferentes grupos etários durante a transição demográfica em curso; de um equilíbrio activo entre os seres humanos e a Natureza; de um equilíbrio revitalizado entre o mundo criado e as diferentes formas de energia espiritual que rodeiam e sustentam o nosso mundo.

A base da cidadania repousa num sentido de identidade e num sentimento de pertença. A pertença projecta-se nas preocupações comuns acerca do futuro.

Quando as pessoas são partes de, preocupam-se. Quando se preocupam, ocupam-se de, agem, contribuindo para o bem-estar da sociedade, mesmo antes de surgir a reivindicação dos direitos de participação.

O ponto de partida de um novo contrato social será o reconhecimento jurídico e pragmático de que a soberania reside nas pessoas: são elas que devem tornar-se sujeitos da melhoria da qualidade de vida. Dar poder às pessoas não é um desejo abstracto.

A participação dos cidadãos, conseqüentemente, deve tornar-se tanto um direito como uma prática universais que



Fundação Cuidar o Futuro

necessitamos de reafirmar a todos os níveis da estrutura de governação, tanto nos países em desenvolvimento como nos países desenvolvidos, tanto à escala local como global.

Será assim **uma nova forma de contrato social** que determinará os modos de intervenção da sociedade civil na vida pública, que tornará mais precisa a sua lógica e desenvolverá as condições de organização e de funcionamento dos seus pontos de aplicação.

Será também importante encontrar mecanismos para a representação da sociedade civil num ambiente político em constante mudança.

A necessidade de ultrapassar os esquemas de subordinação ainda inerentes à revolução francesa é particularmente urgente no que diz respeito às **mulheres**.

Fundação Cuidar o Futuro

- espectacular mudança do último século do milénio: esperança de vida; participação no mercado de trabalho e na vida pública;

As mulheres são agora proclamadas livres e responsáveis na própria esfera a que as remeteu a dominação patriarcal, durante séculos, e até mesmo milénios: a reprodução da raça.

Trata-se de uma revolução colossal, de um ponto de viragem na compreensão do que são as mulheres e da sua dignidade enquanto seres humanos com cidadania plena: não podem continuar a ser definidas simplesmente pela sua capacidade de procriar. (carta convite a Macau)



Agir para que as mulheres afirmem o seu poder, supõe não apenas a proclamação de direitos mas também a inclusão dos direitos sociais nos primeiros objectivos da agenda política.

Apesar da maior visibilidade das mulheres, persiste um hiato assustador entre, por um lado, os princípios reconhecidos e os direitos das mulheres e, por outro, entre a realidade e a prática. Os princípios acordados internacionalmente, mesmo aqueles que são codificados nas legislações nacionais, tornam-se, muitas vezes, letra morta.

Só ocorrerá uma mudança se as mulheres, totalmente conscientes dos seus direitos e responsabilidades, em todos os níveis, **expressarem as suas convicções colectivamente.** Esta será, verdadeiramente, uma voz diferente:

- uma voz que vai procurar integrar em vez de excluir;
- uma voz que vai estimular a convergência em vez da separação;
- que vai abandonar direitos abstractos para substituí-los por capacidades vividas;
- uma voz que coloque a justiça directamente nas mãos daqueles que têm a capacidade de 'cuidar dos outros'.

A participação das mulheres na vida pública trouxe uma profunda transformação dos espaços público e privado. Na última década temos vindo a afirmar, neste contexto, a noção de sociedade activa.

Uma sociedade activa é caracterizada por oportunidade e escolha, coesão e solidariedade. Uma "sociedade activa" é concebida para permitir a realização de novas políticas com



base em três princípios: diversidade, flexibilidade e mobilidade.

A 'diversidade' de actividades é uma expressão da diversidade de 'escolhas' à disposição de um indivíduo num dado momento, ou ao longo da sua vida.

A 'flexibilidade' no trabalho abrange não só o conceito de trabalho como um todo indivisível, mas também as prerrogativas a que as pessoas que exercem uma actividade têm direito; permite a prossecução de interesses individuais e a mudança de orientação dentro de uma mesma actividade.

Para garantir a 'flexibilidade', a 'mobilidade', que é vertical e horizontal, é fundamental, quer entre os empregadores, quer entre os empregados.

Fundação Cuidar o Futuro

A mobilidade horizontal menos conhecida, no passado, do que a vertical, dentro de uma empresa ou de um sector, e que é normalmente acompanhada por uma transferência geográfica - está, ela própria, a passar por uma ampla mudança:

- decorrente do movimento das pessoas de um tipo de emprego para outro completamente diferente;
- e resultado da revolução na comunicação que suprime a necessidade de centralizar na sede social os serviços da empresa ou da instituição.

Em outros termos, a sociedade activa exige a redefinição do trabalho.



O trabalho não pode hoje ser definido, nacionalmente ou internacionalmente, com os conceitos e as variáveis do passado, porque novos elementos entram na equação.

Propõe-se, assim, uma redefinição mais ampla do trabalho que englobe não só o emprego remunerado mas também as actividades não remuneradas (esmagadoramente realizadas por mulheres) que beneficiam a sociedade no seu todo, as famílias, bem como os indivíduos, e que asseguram uma distribuição mais equitativa da riqueza gerada.

Ao longo do processo de industrialização, o trabalho foi identificado com o emprego. Isto explica por que é que a maior parte das políticas económicas e de trabalho, a legislação e as estatísticas que lhe dizem respeito têm sido dominadas pelos parâmetros do emprego e por uma procura de pleno emprego.

Mas assimilar o trabalho só ao emprego negaria aspectos importantes do reconhecimento social, o sentido de identidade e de objectivo na vida que integram a contribuição invisível de milhões de pessoas cujo trabalho não entra na definição de emprego.

O conceito de emprego que prevalece, ignora, por exemplo, o sector económico informal em expansão, que fornece sustento a um número significativo de pessoas, tanto nos países industrializados como nos países em desenvolvimento.

Na maior parte dos países industrializados a causa do desemprego não é uma questão de falta de trabalho nem da



riqueza de alguns. O maior desafio social que os países desenvolvidos enfrentam hoje é assegurar a repartição do trabalho e do lucro.

É indispensável que o potencial da “partilha do trabalho” seja estudado e adoptado por um grande número de empresas, e de governos, como meio para diminuir o desemprego, quer no Norte, quer no Sul. A partilha do trabalho terá de ser completada por um programa de “partilha dos lucros”.

Estas concepções novas deverão ser acompanhadas de modificações importantes na legislação do trabalho – “o direito ao trabalho é o direito às várias formas de trabalho” - de aumentos nas possibilidades de educação e de formação ao longo da vida, e de reformas em profundidade nos sistemas fiscais e de benefícios.

A redistribuição dos empregos existentes soluciona apenas uma parte do problema; há uma necessidade urgente de criar empregos totalmente novos para responder a necessidades novas de populações cuja composição demográfica mudou completamente ao longo do século XX.

Duas consequências são fundamentais:

- quebra da sequência aprendizagem/emprego/reforma
- mercado transicional de trabalho



resultado de fragmentação

VI - DO INDIVIDUALISMO POST-MODERNO À ÉTICA DO CUIDADO

O séc. XX tem vindo a inclinar-se de individualismo,

Os desafios são complexos, e não podem ser enfrentados apenas através de uma especulação intelectual ou de uma determinação da vontade. Tão pouco basta o peso das ideias e propostas de peritos internacionais, de estudos e publicações de toda a espécie, ou mesmo das declarações políticas dos dirigentes mundiais.

Para que a política social seja efectiva, precisamos de um sistema de valores centrado no cuidado pelos outros.

Não há muito tempo, o ideal de cuidado como um princípio-guia da ética podia ter sido visto como brando e sentimental.

A ausência do cuidado pelos outros manifesta-se através da indiferença, da visão a curto prazo, da negligência.

A negligência não é, em primeiro lugar, um menosprezo pelo trabalho. É sobretudo uma negação da própria condição da pessoa que existe na cadeia da "noosfera" como um ser-para-o-outro. Negligência equivale a fechar os olhos e os ouvidos aos problemas sociais, deixando crescer a pressão social até que esta explode na desordem, na violência, no crime.

O cuidado pelo outro não deve permanecer escondido. Mesmo quando nenhum valor monetário está associado ao cuidado pelo outro, a sociedade deve estar ciente do 'custo que teria de suportar' se cada manifestação concreta desse cuidado tivesse que ser paga.



A necessidade de tornar visível o cuidado pelo outro não é apenas um imperativo de justiça para com aqueles que ajudam os outros a viver e assim absorvem algumas das pressões que se exercem no tecido social.

Se o cuidado pelos outros não é considerado como uma dimensão da condição humana, será mais difícil o reajustamento aos nossos diferentes papéis na sociedade - na família, na profissão e nas responsabilidades cívicas.

Temos de estimular, nos planos psicológico, espiritual e político, a capacidade de cuidado pelos outros e tornar essa capacidade uma das determinantes essenciais do progresso e da sobrevivência.

A ética do cuidado com o outro transcende a racionalidade económica; é capaz de se opor à influência do puro individualismo e da cupidez.

O cuidado pelo outro reflecte pensamentos e emoções simples: torna os humanos capazes de velar pela Natureza, de se interessarem activamente uns pelos outros, e de manterem a sociedade coesa. É o cuidado pelos outros que motiva atitudes e acções que mostram a sua interdependência, assim como a das suas comunidades e nações; ninguém está isolado, mas sim consciente de uma fundamental alteridade.

Estamos hoje paralisados pelo paradoxo de que, por um lado, parece que temos a capacidade para resolver virtualmente todos os problemas mas, por outro lado, somos incapazes de o fazer.



Por outras palavras, temos o conhecimento e muitos dos meios necessários (tecnologia, opções políticas, recursos financeiros), mas não temos nem o empenhamento nem a força de vontade para agir.

Há, sem dúvida, muitos obstáculos - entre eles os defeitos tipicamente humanos de miopia, orgulho e inércia. É urgente e necessário um novo estado de espírito, a rejeição de uma vida centrada no eu. O mundo não gira à nossa volta. Precisamos de uma ética envolvente de cuidado pelos nossos companheiros de humanidade e pela nossa casa comum



Mensagem às gerações futuras (Prigogine):

"As ciências recentes da complexidade negam o determinismo, insistem sobre a criatividade a todos os níveis da natureza. O futuro não é um dado. ... As bifurcações, na física do não-equilíbrio, aparecem em pontos singulares em que a trajectória seguida por um sistema se divide em ramos. Todos os ramos são possíveis mas só vai realizar-se. ... As flutuações são o resultado de acções individuais..... As bifurcações são ao mesmo tempo um sinal de instabilidade e um sinal de vitalidade de uma sociedade.

A minha mensagem às gerações futuras é que o jogo não está feito, que o ramo que resultará da bifurcação está por escrever. Estamos no período das flutuações em que a acção individual permanece decisiva."

Política e mercado: começar pelo princípio

Francisco Sarsfield Cabral

*A política
deve prevalecer
sobre o mercado.*

*Mas começemos, então,
pelo reforço do Estado
nas suas funções
tradicionais.*

*E não vale a pena
travar batalhas
há muito perdidas.*

Pela centésima vez, a Internacional Socialista veio dizer que a política deve prevalecer sobre o mercado, apesar da globalização. Quase ao mesmo tempo, peritos nacionais e estrangeiros convocados pelo Presidente da República debatiam-se, em Lisboa, com as dificuldades da concertação social numa economia globalizada. A verdade é que, dez anos depois do colapso do comunismo como alternativa ao capitalismo, ainda ninguém sabe como, na prática, poderá a política — ou seja, a vontade democraticamente expressa dos cidadãos — sobrepôr-se à crescente ditadura do mercado sem, do mesmo passo, se inviabilizar o instrumento de excepcional eficácia económica que é a livre concorrência.

Ora cada vez é mais urgente o enquadramento político do mercado, por três motivos. Primeiro, porque o capitalismo actual (ao contrário do que aconteceu na primeira metade do século) acentua as desigualdades, no plano nacional e mundial. Depois, porque, apesar do crescimento económico das últimas décadas, o Estado-providência não foi capaz, mesmo nos países mais ricos, de evitar a exclusão social de uma significativa percentagem da população. E, ainda, porque a globalização ameaça tornar-se selva-

gem, caso continuem a não existir regras e instituições internacionais capazes de a disciplinar.

Há que continuar a procurar soluções, que já se viu não serem simples nem fáceis de alcançar. Mas seria conveniente começar pelo princípio, reforçando a presença do Estado em áreas tradicionais, não controversas — mas onde o poder público se mostra pouco efectivo. É este, tipicamente, o caso português. O aparelho judicial funciona entre nós com extrema ineficácia, o que se já por tornar muitas vezes ilusório o enquadramento legal do mercado. Veja-se o exemplo americano: no país considerado o mais capitalista do mundo, onde — diz-se — o Estado se ajoelha perante os negócios, a justiça não hesita em afrontar o homem mais rico do universo, Bill Gates (como há 87 anos não hesitou em dismantelar o império petrolífero de Rockefeller). Afinal, é na capitalista América que as leis feitas pelos políticos se impõem ao mercado. Enquanto, como todos sabemos, em Portugal há inúmeras leis que pura e simplesmente não são aplicadas. E o caso de boa parte da legislação laboral ou da sistemática fuga aos impostos. O relatório, há dias divulgado, da Inspeção-Geral de Finanças sobre a crescente evasão fiscal dos bancos portugueses é de pôr os ca-

belos em pé. A política — o Estado — deve prevalecer sobre o mercado? Claro que sim — mas, então, começemos pelo que está logo à nossa frente e falha clamorosamente. Só assim terão alguma credibilidade os inflamados discursos contra o “horror económico” e os malefícios da globalização.

Acontece que a globalização dá pretexto para todas as hipocrisias, incluindo reclamar intervenções estatais injustas e interesseiras. Há que ter cautela quando se ouve gritar pelo auxílio do Estado por causa dos recrudescimentos da globalização. Ainda esta semana, em Genebra, os países pobres recusaram a pretensão dos ricos de incluir as condições de trabalho na agenda das próximas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC). Alegadas preocupações sociais a servirem de capa ao protecçãoismo: pede-se a intervenção do Estado contra o mercado, mas para proteger os ricos da concorrência dos pobres. E, em vez de reforçarem as instituições internacionais (como a OMC, ameaçada pelas práticas unilaterais dos Estados Unidos), os contestatários do comércio livre mostram-se preocupados com as soberanias nacionais — isto, nos países desenvolvidos, naturalmente.

Não parece, por outro lado, ter

grande sentido — ou grande futuro — a atitude conservadora das organizações sindicais, que se agarram ao Estado face à mudança da natureza do trabalho e às suas consequências na protecção social. Adianta pouco continuar a agir como se o paradigma do clássico contrato de trabalho não estivesse a perder terreno todos os dias. Cada vez contam mais outras relações de trabalho, formalmente autónomo, mas economicamente dependente (na expressão de Garcia Pereira, na conferência internacional sobre a reforma do pacto social). O fim do “taylorismo”, as novas tecnologias e o predomínio dos serviços abrem caminho a um trabalho muito mais flexível, mas também mais inseguro. Acabou o emprego para toda a vida, na maioria das empresas acabou a estrutura hierárquica tradicional (inspirada na disciplina militar), multiplica-se o “part-time” e o teletrabalho. Acossadas pela perda de filiados, as organizações sindicais pedem ao Estado que trave a inevitável evolução. Melhor seria que canalizassem os seus esforços para garantir direitos sociais às novas formas de trabalho que se tornarão dominantes na sociedade pós-industrial. Mais Estado na economia? Com certeza — mas para ganhar as batalhas do futuro e não para travar guerras há muito perdidas. ■



Um desafio à civilização contemporânea

Vaclav Havel*

A queda do comunismo significou não só a libertação de milhões de seres humanos oprimidos e humilhados, mas, em resultado de muitas razões diferentes, também um grande desafio que leve a nossa civilização contemporânea a empreender um auto-exame profundo e renovado; a reconsiderar o seu caminho e as ameaças que enfrenta; e a procurar formas de gerar, ou de fazer ressurgir, um sentido de responsabilidade para si própria.

No dia 17 de Novembro, fez dez anos que o poder comunista checoslovaco interveio brutalmente contra uma manifestação pacífica de estudantes que decidira prestar tributo à memória de Jan Opletal, um estudante que foi uma das primeiras vítimas do nazismo. Essa intervenção tornou-se a proverbial bola de neve que desencadeou a avalanche. Pouco depois, as nossas praças encheram-se com centenas de milhares de pessoas que deixaram bem claro que estavam fartas de uma vida sem liberdade. O regime que possuía todos os instrumentos imagináveis de poder e controlava tanto os media como a totalidade da economia começou a desmoronar-se como um castelo de cartas, perante uma vontade do povo expressa pacificamente mas com resolução.

Passaram há muito esses dias agitados de solidariedade nacional, coragem para fazer sacrifícios, entusiasmo e alegria sem limites que acompanharam a queda do regime totalitário: os anos seguintes apanharam-nos a gerir, umas vezes com mais êxito, outras com menos, todas as gravosas consequências de décadas de comunismo no nosso país. Miríades de dificuldades emergiram enquanto reconstituíamos e desenvolvíamos o pluralismo político; nos empenhávamos na procura de um genuíno primado da lei; edificávamos instituições democráticas; e procedíamos à transformação de uma economia completamente na-

cionalizada para uma economia de mercado. Mais ainda — e isto provou ser o mais difícil — tivemos de fazer face ao legado pernicioso que o período comunista deixou para trás nas nossas almas e de confrontar todas as coisas más que jaziam adormecidas em nós, e que a nossa liberdade recém-adquirida trouxe à superfície das nossas vidas.

Todos estes problemas do dia a dia, que tantas vezes nos fazem sentir vexados e sem esperança, não passam de uma ninharia em comparação com o significado histórico da queda do comunismo por todo o mundo, que foi o pano de fundo para o Novembro de 1989 checoslovaco. A nossa revolução, se isso lhe posso chamar, não caiu do céu. Foi uma componente orgânica de um processo maior associado à desintegração imparável de um sistema baseado em mentiras, ódio e coerção; um sistema que privou as pessoas dos seus direitos mais fundamentais, contrariou a essência primeira da vida e tentou deter à força o progresso da história sob a bandeira de uma utopia apelativa mas falsa.

É apenas hoje, dez anos depois, que nos tornamos completamente conscientes da magnitude e multiplicidade dos desafios que tiveram origem nos acontecimentos dessa época. A divisão polar do mundo entrou em colapso, e chegou um tempo para a construção de uma ordem inteiramente nova, e mais justa, para a segurança, a política e a economia do mundo, e a ordem mais adequada à nova era de liber-

tação humana que se seguiu à queda do comunismo.

O presente exige uma nova percepção do mundo contemporâneo como entidade multipolar, multicultural e globalmente interligada; e uma reforma consistente de todas as organizações e instituições internacionais, para que possam reflectir este novo entendimento e ir ao encontro das tarefas formidáveis do período que se avizinha com este novo espírito. São necessárias iniciativas ousadas para combater todos os muitos males que reapareceram à superfície, em toda a sua profundidade e extensão, como uma consequência do colapso das velhas estruturas.

Falo de um nacionalismo primário e do ódio entre diferentes comunidades que vivem neste planeta; do crime organizado que agora possui meios tecnológicos nunca vistos; do negócio da droga, que alastra; dos aspectos desumanizadores do crescimento rápido dos aglomerados urbanos; do perigo de que a nossa civilização perca o controlo sobre as armas nucleares ou sistemas de informação que inventou e sobre as consequências ambientais do seu próprio desenvolvimento; da ampliação das desigualdades sociais combinada com um rápido crescimento populacional e com a nossa incapacidade para regular as várias formas sofisticadas da economia de mercado globalizada para que os seus produtos ajudem genuinamente a desenvolver a vida humana em vez de a confinarem.

Em resumo, estou convencido de que a queda do comunismo significou

não só a libertação de milhões de seres humanos oprimidos e humilhados mas, em resultado de muitas razões diferentes, também um grande desafio que leve a nossa civilização contemporânea a empreender um auto-exame profundo e renovado; a reconsiderar o seu caminho e as ameaças que enfrenta; e a procurar formas de gerar, ou de fazer ressurgir, um sentido de responsabilidade para si própria. Não é verdade que não exista uma base de partida: algures, no fundo no coração de todos os grandes sistemas religiosos do mundo contemporâneo, reside, escondida ou aninhada, a mesma inspiração primária que nos deu a coragem de procurarmos a nossa liberdade face a um monolito tão esmagador como o sistema comunista. Tudo o que precisamos é entendê-la e abraçá-la.

Dez anos depois de termos recuperado a nossa liberdade, é simplesmente insuficiente comemorar e recapitular esses tempos difíceis quando o velho mundo se desmoronava e aparecia uma nova explosão de liberdade. Em vez disso, devemos concentrar-nos nas implicações e efeitos mais amplos dessa libertação. A primeira preocupação, no nosso pensamento, deve ser o futuro. Se, todavia, tal ideia deve ter uma fundação sólida, também não devemos esquecer o passado. Nem podemos esquecer aqueles a quem devemos as coisas boas que o passado dá ao nosso futuro. ■

* Presidente da República Checa, Novembro de 1999
© Project Syndicate



A barbárie instalou-se em Angola

Carlos Pacheco*

A preocupação pela memória nacional é o que menos interessa aos carrascos da cultura em Angola, que vão assassinando o país sem se importarem com as consequências. Apenas lhes interessam os negócios. A destruição do "palácio de dona Ana Joaquina" é uma brutalidade só justificada pela idiotia e pela sede destemperada de dinheiro.

Quase não dá para acreditar! Mas o certo é que as forças da barbárie, com assento no Governo de Angola, levaram a melhor. Fizeram o que parecia impensável: o velho e outrora majestoso sobradão — localizado no centro da cidade de Luanda — que toda a gente conhecia a admirava pelo nome de "palácio de dona Ana Joaquina", veio abaixo. Realmente, custa a acreditar. Na origem deste delito de lesa-pátria está a decisão de um inominável labroste e criminoso que responde pela superior administração cultural do país.

Não bastassem as armas que matam todos os dias e transformaram Angola num vasto e medonho cemitério, eis que agora se romperam todos os diques da decência nacional: já nada refreia essa canalhada, esses tontos e falsos burgueses — promovidos a governantes —, que não olham a meios para consumir os seus sórdidos interesses e dizem ser preciso apagar os vestígios da colonização portuguesa. Na década de 80, vi essa caterva de indivíduos cometer as piores insânias contra o património cultural em nome de uma estulta afirmação cultural africana, advogando que se deveria queimar, por exemplo, todo o

acervo documental do arquivo histórico. "São papéis do colonizador", peroravam eles em êxtase.

Agora, porém, talvez mais livres do que nunca de certos entraves, uma vez que Angola virou um autêntico casino, ei-los de novo, sem o menor pejo, a vibrar o último golpe nessa grande jóia arquitectónica do século XVIII, a única que restava na capital e em todo o país e que fazia as delícias dos estudiosos, dos velhos amantes da cidade e também dos estrangeiros, que perscrutavam na fachada e no porte altaneiro dessa casa nobre os sinais de uma época de ouro. Época que se reporta a Setecentos e à 1ª metade do século XIX e durante a qual as aristocracias angolanas do litoral foram efectivamente poderosas. Dona Ana Joaquina dos Santos Silva (1788-1859), mulata de Luanda, bisneta por linha paterna de uma negra forra, rica negociante e armadora, cujos navios singraram por todos os mares do mundo, foi a proprietária desse palácio desde 1824 até à sua morte. Ninguém melhor do que ela como expoente dessa notável elite económica angolense, que sempre rivalizou com a metrópole colonizadora na afirmação dos seus próprios interesses, espécie de nacionalismo "avant la lettre".

Todavia, esta preocupação pela

memória nacional é o que menos interessa aos carrascos da cultura em Angola, que ditam ordens do alto da sua ridícula empáfia e ignorância e vão assassinando o país sem se importarem com as consequências. Apenas lhes interessam os negócios.

De facto, a destruição do "palácio de dona Ana Joaquina" é uma brutalidade só justificada pela idiotia e pela sede destemperada de dinheiro. É de lamentar, nessa empreitada, o papel da empresa portuguesa Soares da Costa, que derribou o imóvel e que, pela voz de um dos seus funcionários, declarou, sem o menor pudor, que naquele lugar se havia de construir outro palácio.

Em nome de quê esta estapafúrdia afirmação? Ao que se chegou!

É com a maior displicência e, até, leviandade que se atenta contra um património qualificado há mais de 40 anos como edifício de interesse público.

Duas companhias petrolíferas — a Chevron e a ELF — procuraram ambas nos anos 80, em momentos diferentes, sensibilizar o Governo de Angola a permitir que fossem elas a financiar o restauro do palácio. Os custos seriam avultados, três milhões de dólares, segundo contas da Chevron. A ELF, por exemplo, propunha, como contrapartida, poder

fruir das instalações por dez anos para funcionamento da sua estrutura administrativa, após o que devolveria o edifício e ajudaria na criação de um museu de arte. Luanda simplesmente recusou e em círculos próximos do então secretário de Estado da Cultura, Boaventura Cardoso, era comum ouvir-se o comentário de que a proposta dos franceses não passava de uma ingerência nos assuntos internos de Angola.

Mais tarde a UNESCO interessou-se igualmente pelo projecto de recuperação. Mandou a Luanda um perito, que efectuou estudos e levantamentos, até da própria história do palácio. Estas diligências, entretanto, fracassaram. Dir-se-ia que se preparava já, a prazo, a morte do edifício.

Depois desta barbárie, só resta dizer que esse ministério, que dá pelo nome de Ministério da Cultura, não passa objectivamente de um "ministério da destruição ou da incultura".

Que esperar, enfim, de um governo destes?

Ao Presidente da República, enquanto chefe do executivo, compete tomar medidas drásticas para se apurarem os responsáveis por tamanho crime. O país sente-se cansado de tanta impunidade. ■

* historiador angolano

